

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.758 - SC (2018/0338022-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : SANDRA WILKE**  
**ADVOGADO : TÂNIA REGINA WONSPEHER - SC012994**  
**INTERES. : CLAUDIA GELBCKE BELTRAO**  
**INTERES. : CLAUDIA SOLANGE SPATH**  
**INTERES. : JOAO ALCEU RAMOS BELTRAO**  
**ADVOGADO : PAULO SOARES - SC007208**  
**INTERES. : OSVALDO MANCINI**  
**INTERES. : UNIAO DE TECNOLOGIA E ESCOLAS DE SANTA CATARINA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO, com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA. EXECUÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. UNIÃO E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ARTIGO 18 DA LEI Nº 7.347/85. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR. NÃO ACOLHIMENTO.

- É indevida a condenação do MPF em honorários advocatícios nos autos de embargos de terceiro opostos contra medidas restritivas deferidas em Ação Civil Pública, por força do art. 18 da Lei nº 7.347/85.

- Relativamente à União, o e. Superior Tribunal de Justiça decidiu que se aplica, por analogia, o disposto na Súmula nº 232 do STJ, para determinar-se à Fazenda Pública à qual se acha vinculada o *Parquet*, quando este, em razão do regramento contido no art. 18 da Lei nº 7.347/85, está impedido de arcar com os ônus periciais e sucumbenciais.

- O valor arbitrado a título de honorários advocatícios merece ser mantido, pois se reduzido acarretaria valor que não condiz com a natureza das questões ora discutidas e muito menos remuneraria de forma digna o trabalho do patrono da parte adversa" (fl. 180e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE

CABIMENTO. INOCORRÊNCIA. REDISSCUSSÃO DA  
MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.  
PREQUESTIONAMENTO. DISCIPLINA DO ARTIGO 1.025 DO  
CPC.

1. São cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão ou corrigir erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC.

2. Não se verifica a existência das hipóteses ensejadoras de embargos de declaração quando o embargante pretende apenas rediscutir matéria decidida, não atendendo ao propósito aperfeiçoador do julgado, mas revelando a intenção de modificá-lo, o que se admite apenas em casos excepcionais, quando é possível atribuir-lhes efeitos infringentes, após o devido contraditório (artigo 1.023, § 2º, do CPC).

3. O prequestionamento de dispositivos legais e/ou constitucionais que não foram examinados expressamente no acórdão, encontra disciplina no artigo 1.025 do CPC, que estabelece que nele consideram-se incluídos os elementos suscitados pelo embargante, independentemente do acolhimento ou não dos embargos de declaração" (fl. 219e).

A recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, ofensa aos arts. 9º, 10º, 489, §1º, IV, e 1.022, I e II, do CPC/2015, e 18 da Lei 7.347/85, ao argumentando que:

"2.1. Negativa de vigência aos artigos 489, § 1º, IV e 1.022, incisos I e II do Código de Processo Civil. Contradição e omissão. Cabimento dos embargos de declaração com escopo de suscitar a complementação do julgado e de efetuar o prequestionamento.

Preliminarmente, verifica-se que o aresto ora recorrido deixou de superar as omissões apontadas nos embargos declaratórios interpostos pela União, seja porque não analisou a pretensão de complementação do julgado, com manifestação sobre a possibilidade de se aplicarem conjuntamente os precedentes estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria de fundo; seja porque não procedeu ao efetivo enfrentamento da aplicabilidade, ao caso dos autos, das normas suscitadas pelo ente público, para fins de perfectibilização do prequestionamento explícito.

Com isso, o acórdão recorrido acabou por negar vigência aos artigos 9º, 10º, 489, § 1º, IV e 1.022, incisos I, II e III do Código de Processo Civil vigente (correspondente ao art. 535, I e II do CPC/1973).

(...)

No caso em exame, essa é justamente a situação enfrentada, visto

que, como salientado nas razões de embargos declaratórios interpostos pela União, o acórdão recorrido deixou de esclarecer contradição e de sanar omissões, seja porque deixou de analisar a pretensão de complementação do julgado, com manifestação sobre as teses acerca da isenção do autor de ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais e da não integração da União como parte nos embargos de terceiro incidentais à execução em ação civil pública (apesar de sua condenação em honorários de sucumbência); ou, ainda, porque não procedeu ao efetivo enfrentamento da aplicabilidade, ao caso dos autos, das normas suscitadas pelo ente público, para fins de perfectibilização do prequestionamento explícito, ou seja, não apreciou o caso concreto frente aos preceitos invocados no art. 9º e 10º, ambos do CPC e do art. 18 da Lei nº 7.347/85.

(...)

2.2. RAZÕES DE MÉRITO RECURSAL. Pela alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República. CONTRARIEDADE AOS SEGUINTE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL: - ARTIGOS 9º, 10º DO CPC/2015; - ARTIGO 18 DA LEI Nº 7.347/85.

(...)

No entanto, a insurgência levantada pela União em sede de apelação trata tão-somente dos honorários advocatícios sucumbenciais a que foi condenada, em processo que não é parte, sendo que esta verba possui tratamento legal e jurisprudencial diverso daquele conferido aos honorários periciais.

Como se percebe, o acórdão recorrido contrariou as normas dos artigos 9º e 10º do CPC/2015, bem como o artigo 18 da Lei nº 7.347/85.

(...)

De todo modo, não restou configurada a má-fé nem mesmo por parte do Ministério Público, quando do ajuizamento da execução do termo de ajustamento de conduta que ensejou a penhora do bem da embargante. Assim, indevida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Diga-se que, em sendo indevida qualquer condenação em honorários sucumbenciais, igualmente não pode ser a União condenada, pois ela pagaria os honorários apenas se estes fossem devidos pelo Ministério Público, o que não é o caso dos autos, à luz da legislação e do pacífico entendimento jurisprudencial acima citado.

Ante o exposto, a União vem requerer seja provido o presente recurso especial para que se reforme a decisão da Corte Regional, desonerando-se a União da obrigação de pagar honorários advocatícios sucumbenciais em incidente em ação civil pública, restabelecendo-se a vigência da regra do art. 18 da Lei nº 7.347/85 e

respeitando-se o pacífico entendimento jurisprudencial acima citado" (fls. 259/275e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 301/302e).

A pretensão merece parcial acolhida.

Na origem, "cuida-se de apelação interposta contra sentença que julgou procedentes os embargos de terceiro para declarar desconstituída a penhora realizada nos autos de execução de título extrajudicial nº 50078628820154047201, consistente no imóvel matriculado sob o nº 8.155 junto ao 3º CRI de Joinville/SC. Considerando a isenção de custas do MPF, com base no art. 4º, inciso III, da Lei nº 9.289/1996, condenou a União - ente ao qual é vinculado o MPF - a suportar honorários advocatícios em favor da embargante, fixados em 10% sobre o valor da causa atualizado segundo o IPCA-e (CPC, art. 85, § 3º, inciso I, c/c § 4º, inciso III, e §6º), montante este que deverá ser reduzido pela metade (CPC, art. 90, §4º)" (fl. 176e).

Inicialmente, em relação aos arts. 489, § 1º e IV, e 1.022, parágrafo único, II, ambos do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

2. **De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.**

3. **No caso, não se verifica a existência de quaisquer das**

**deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.**

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado, capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

**3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.**

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. 'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte' (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha,

**DJ de 12.12.1994).**

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR 445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

No que diz respeito ao mérito, o acórdão recorrido decidiu o seguinte:

"É indevida a condenação do MPF em honorários advocatícios nos autos de embargos de terceiro opostos contra medidas restritivas deferidas em Ação Civil Pública, por força do art. 18 da Lei nº 7.347/85.

(...)

Todavia, relativamente à União, não é o mesmo o entendimento. A este respeito, o e. Superior Tribunal de Justiça decidiu que se aplica, por analogia, o disposto na Súmula nº 232 do STJ, para determinar-se à Fazenda Pública à qual se acha vinculada o Parquet, quando este, em razão do regramento contido no art. 18 da Lei nº 7.347/85, está impedido de arcar com os ônus periciais e sucumbenciais.

(...)

Dessa forma, não há como imputar ao MPF os ônus do pagamento da verba honorária devida ao advogado da embargante - encargo que

deve ser suportado, na espécie, pela União, ente político a que se encontra vinculado administrativamente o autor" (fls. 177/178e).

Tal entendimento, todavia, está em dissonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que, nos termos do art. 18 da Lei 7.347/85, não há condenação em honorários advocatícios na ação civil pública, salvo em caso de comprovada má-fé. Referido entendimento, inclusive, é aplicado tanto para o autor, quanto para o requerido, em obediência ao princípio da simetria.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VERBA HONORÁRIA. SUCUMBÊNCIA. UNIÃO E SUAS AUTARQUIAS. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

**II - O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado segundo o qual não são devidos honorários advocatícios quando o Ministério Público é vencedor em ação civil pública. Tal orientação se estende quanto à possibilidade de imposição de condenação da verba sucumbencial a favor da União e suas autarquias.**

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.648.761/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/08/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR

DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO QUE TAMBÉM SE APLICA A UNIÃO. ISENÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA PREVISTA NA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRECEDENTES.

**1. A jurisprudência da Primeira Seção deste Superior Tribunal é firme no sentido de que, em favor da simetria, a previsão do art. 18 da Lei 7.347/1985 deve ser interpretada também em favor do requerido em ação civil pública. Assim, a impossibilidade de condenação do Ministério Público ou da União em honorários advocatícios - salvo comprovada má-fé - impede serem beneficiados quando vencedores na ação civil pública.**

Precedentes: AgInt no REsp 1.531.504/CE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/9/2016; REsp 1.329.607/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 2/9/2014; AgRg no AREsp 21.466/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/8/2013; REsp 1.346.571/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/9/2013.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 996.192/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 30/08/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973 INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. É vedado, em sede de agravo interno, ampliar-se o objeto do recurso especial, aduzindo-se questões novas, não suscitadas no momento oportuno, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.

2. O acórdão recorrido abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, razão pela qual não há que se falar na suscitada ocorrência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

3. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do



requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

4. A jurisprudência da Primeira Seção deste Superior Tribunal é firme no sentido de que, em favor da simetria, a previsão do art. 18 da Lei 7.347/85 deve ser interpretada também em favor do requerido em ação civil pública. Assim, a impossibilidade de condenação do Ministério Público ou da União em honorários advocatícios - salvo comprovada má-fé - impede serem beneficiados quando vencedores na ação civil pública.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.531.504/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/09/2016).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento** ao Recurso Especial, para afastar a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

I.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora